



# *Câmara Municipal de Aracruz*

**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

## **MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – RELUCI**

**Emitente:** Controladoria da Câmara Municipal de Aracruz

**Entidade:** Câmara Municipal de Aracruz

**Gestor responsável Atual:** Paulo Flavio Machado

**Gestor responsável em 2018:** Alcântaro Victor Lazzarini Campos

**Exercício:** 2018

Recebido em 29/03/19  
Obw  
A Presidência

### **1. RELATÓRIO**

#### **1.1. Introdução**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

As ações de Controle Interno foram pautadas levando em consideração o interesse público, a razoabilidade e proporcionalidade e as possibilidades técnicas disponíveis. Neste sentido, cumpre esclarecer que as atividades realizadas sofreram medida flexibilização em relação às constantes no PAAI, tudo dentro da normalidade, vez que o próprio Plano previu tal flexibilização consideradas as peculiaridades do setor.

No que se refere aos modelos e tabelas referenciais de relatórios disponibilizadas pela IN 43/2017 do TCES, deve-se ter em mente que tais modelos são de caráter sugestivo e não mandamental, assim sendo, este órgão de controle interno, considerando as idiossincrasias desta casa legislativa optou por utilizá-lo de forma parcial.

Não obstante a este fato, e visando atender ao máximo as sugestões desta Egrégia Corte de Contas na IN 43/2017, foi realizado um questionário, Processo 122/2019, junto ao setor financeiro e contábil sobre pontos de controle que diz respeito aos Itens de abordagem prioritárias e complementares. Note-se que as informações prestadas são de responsabilidade do chefe do setor financeiro e contábil desta casa de leis, considerado o princípio da boa-fé inerente aos servidores públicos.

Informamos ainda que foi realizada Auditoria Operacional, Processo 840/2018 no setor



# *Câmara Municipal de Aracruz*

## ESTADO DO ESPIRITO SANTO

de Almoxarifado considerando a importância das atividades desempenhadas por aquele setor e a necessidade de atualização da Instrução Normativa que o disciplina.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

Obs.: O código é o compatível com a Tabela Referencial 1 da IN 43/2017, exceto o 01.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
01	Sistema de Controle de Patrimônio – Setor Almoxarifado.	840/2018	Lei nº 8.666/93; Lei Municipal nº 3.708/2013; IN SCI nº 002/2013; IN SCP nº 001/2013.	Verificar se as rotinas do SCP obedecem à Legislação vigente; Avaliar a necessidade de atualização da Instrução Normativa que rege o setor.	12 Meses e 235 Itens	02 Meses Consecutivos e 20 Itens
<b>Itens de Abordagem Prioritária Conforme IN 43/2017</b>						
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	122/2019	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.		
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	122/2019	CF/88, art. 40, LRF, art. 69, Lei 9.717/1998, art. 1º, Lei 8.212/1991, Lei Local, Regime de competência.	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrentes dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Não aplicável	Não aplicável
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	122/2019	CF/88, art. 40, LRF, art. 69, Lei 9.717/1998, art. 1º, Lei 8.212/1991, Lei Local, Regime de competência.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Não aplicável	Não aplicável
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	122/2019	CF/88, art. 40, LRF, art. 69, Lei 9.717/1998, art. 1º, Lei 8.212/1991, Lei Local.	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Não aplicável	Não aplicável



# *Câmara Municipal de Aracruz*

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade de com inventário.	122/2019	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Não aplicável	Não aplicável
1.3.3	Disponibilidade es financeiras – depósito e aplicação	122/2019	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Não aplicável	Não aplicável
1.3.4	Disponibilidade es financeiras – depósito e aplicação	122/2019	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.6	Despesas com pessoal – abrangência.	122/2019	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	122/2019	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	122/2019	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	122/2019	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.11	Despesas com pessoal	122/2019	LC 101/2000,	Avaliar se as despesas totais com pessoal	Não aplicável	Não aplicável





# *Câmara Municipal de Aracruz*

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	– extrapolação do limite – providências / medidas de contenção		art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.		
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	122/2019	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	122/2019	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	122/2019	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	Não aplicável	Não aplicável
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	122/2019	CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	Não aplicável	Não aplicável
<b>Itens de Abordagem Complementar Conforme IN 43/2017</b>						
2.2.8	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoame nto de ação governament al que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário- financeiro.	122/2019	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade	Não aplicável	Não aplicável



# *Câmara Municipal de Aracruz*

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

				orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.		
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	122/2019	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Não aplicável	Não aplicável
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	122/2019	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Não aplicável	Não aplicável
2.2.24	Escrituração e consolidação das contas públicas	122/2019	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	Não aplicável	Não aplicável
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	122/2019	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Não aplicável	Não aplicável
2.2.29	Déficit orçamentário – medidas de contenção	122/2019	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Não aplicável	Não aplicável
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	122/2019	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Não aplicável	Não aplicável
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	122/2019	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Não aplicável	Não aplicável
2.3.5	Cancelamento de passivos	122/2019	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Não aplicável	Não aplicável





# *Câmara Municipal de Aracruz*

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

## **1.2. Constatções e proposições**

Além das informações prestadas pelo setor financeiro e contábil, foi realizada Auditoria Operacional, Processo 840/2018 no setor de Almoxarifado desta casa legislativa que segue demonstrada no item 01 da tabela abaixo.

Obs.: O código é o compatível com a Tabela Referencial 1 da IN 43/2017, exceto o 01.

<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
01	Instrução Normativa carecendo de atualização; Descumprimento de pontos da Instrução Normativa; Produtos Inflamáveis juntos dos demais; Existência de Comissão para recebimento de bens e produtos com valores inferior ao determinado pela Lei de Licitações.	Atualização da Instrução Normativa; Cumprimento fiel a todos os pontos da IN vigente; Segregação dos produtos inflamáveis dos demais; Recomendação de nomeação de comissão de recebimento de bens e produtos somente quando os valores ultrapassarem os previstos na Lei de Licitações.	Parcialmente solucionado. Atualização da IN em andamento; Produtos Inflamáveis foram segregados dos demais; os pontos da IN passaram a ser atendidos; A Portaria que nomeou comissão permanente de recebimento foi revogada
<b>Itens de Abordagem Prioritária Conforme IN 43/2017</b>			
1.1.2	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não houve despesas sem emissão de prévio empenho	Não se aplica
1.2.1	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrentes dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Não se aplica
1.2.2	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, foram realizados pagamentos tempestivos das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Não se aplica
1.2.4	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, foram realizadas as retenções das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Não se aplica
1.3.1	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, foram verificadas as demonstrações contábeis e evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão.	Não se aplica
1.3.3	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento	Não se aplica



# *Câmara Municipal de Aracruz*

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	financeiro e contábil, as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	
1.3.4	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício. Não houve aplicação dos valores registrados.	Não se aplica
1.4.6	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se refere à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Não se aplica
1.4.7	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF.	Não se aplica
1.4.8	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não houve descumprimento de limites com aumento das despesas com pessoal.	Não se aplica
1.4.10	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, as despesas totais com pessoal não excederam o limite máximo permitido para o Poder Legislativo.	Não se aplica
1.4.11	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, as despesas com pessoal não ultrapassaram os limites legais.	Não se aplica
1.4.13	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	Não se aplica
1.4.18	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, os subsídios dos vereadores obedeceram aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	Não se aplica
1.4.19	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, a despesa com a remuneração dos Vereadores não ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	Não se aplica
1.4.20	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, o total da	Não se aplica

*Assinatura*





# *Câmara Municipal de Aracruz*

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	encontradas irregularidades.	despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	
<b>Itens de Abordagem Complementar Conforme IN 43/2017</b>			
2.2.8	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	Não se aplica
2.2.11	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais. Todavia, no que diz respeito às obrigações previdenciárias patronais (RPPS) sobre férias, despesa reconhecida por competência contra o passivo permanente, a dotação orçamentária específica não foi suficiente, sendo garantido, entretanto, a disponibilidade financeira correspondente a integralidade da referida obrigação.	Não se aplica
2.2.13	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, houve abertura de crédito adicional suplementar e especial com prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes.	Não se aplica
2.2.24	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, escrituração e consolidação contábil das contas públicas realizadas conforme NBCASP.	Não se aplica
2.2.28	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, os pagamentos obedecendo ordem cronológica.	Não se aplica
2.2.29	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não houve necessidade de medidas de contenção de despesas.	Não se aplica
2.2.32	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Não se aplica
2.2.34	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas.	Não se aplica

*[Handwritten signature]*





# *Câmara Municipal de Aracruz*

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

2.3.5	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, não foram encontradas irregularidades.	Segundo informações prestadas pelo chefe do departamento financeiro e contábil, houve cancelamento de passivos, referentes as Notas de Empenhos nºs 403/2017 e 432/2017 (Portaria nº 3.536/2018), inscritas em restos a pagar não processados, devido a duplicidade da NE nº 403/2017, e o não interesse da empresa "R.B.Sobreira Eirelli – EPP" (NE nº 432/2017) em entregar a mercadoria.	Não se aplica
-------	--	---	---------------

## **1.3 Atendimento à Recomendação Contida no Acórdão TCES 566/2018**

O Egrégio TCE-ES notificou, além de inúmeras outras Unidades Gestoras, o Presidente desta Câmara Municipal, Ofício SGS Nº 0397/2018-8, para que fosse tomada providências acerca do subitem 1.1.1 do Acórdão TCES Nº 566/2018 que apurou indícios de irregularidades quanto a possível duplo vínculo de servidora deste órgão, alertando que em caso de reincidência tal situação poderá ser objeto de sanções em fiscalizações futuras.

A nobre Corte de Contas determinou ainda que as providências fossem mencionadas nesta PCA as quais passamos a relatar: em 13/12/2018 foi aberto Processo Administrativo Nº 930/2018. Na mesma data o Presidente despachou ao Controlador para providências; em 17/12/2018 o Controlador solicitou informações ao Departamento Administrativo (RH) que respondeu em 20/12/2018 anexando vários documentos, entre os quais, parecer da Procuradoria, informando que a situação fora sanada e não ocorre mais.

Considerando não haver mais a suposta irregularidade e que o referido acórdão não fixou sanção, mas sim informou que somente em caso de reincidência haveria a dita punição, o responsável pelo Controle Interno proferiu despacho em 14/01/2019 encaminhando o Processo para fins de arquivo.

## **1.4 Ocorrência de Atrasos nas Prestações de Contas Mensais**

Informamos que no exercício financeiro de 2018 a partir do mês de outubro ocorreram atrasos nas PCM que se estenderam nos meses iniciais de 2019 (janeiro e fevereiro). Os atrasos, segundo informações prestadas pelo setor financeiro e contábil, se deram



# *Câmara Municipal de Aracruz*

## ESTADO DO ESPIRITO SANTO

devido à mudança da Empresa terceirizada que presta serviços de Tecnologia de Informação e é responsável por sistematizar os dados nos termos das exigências do TCE-ES.

Em 2018 houve licitação em que a empresa GOVERNANÇA BRASIL se sagrou vencedora, ficando a empresa E&L, que prestava o serviço anteriormente, em segundo lugar. Contudo, segundo informações do fiscal do contrato e setor financeiro e contábil, a empresa vencedora tem encontrado dificuldades para exercer o ônus que o Contrato firmado lhe impõe.

O responsável pelo Controle Interno, ainda em 2018, informou ao Presidente da Câmara, Processo Nº 857/2018, para providências. Na ocasião a situação foi sanada com a perspectiva de que não se repetiria e o processo foi, ao fim, encaminhado para arquivo.

Ocorre que os problemas de atraso persistiram no ano de 2019 e, como se trata de situações que se iniciaram no exercício 2018, informamos a situação agora e informaremos novamente na próxima Prestação de Contas Anual – 2019.

Já em 2019 o responsável pelo Controle Interno solicitou informações ao fiscal de contrato e setor financeiro a respeito da situação e orientou que se tome providências junto à Procuradoria no sentido de apurar a conduta da empresa GOVERNANÇA BRASIL e, verificada sua responsabilidade, aplicar as sanções previstas no contrato. Tais considerações foram realizadas através dos Memorandos Nº 017 e 018/2019 – Controladoria, bem como pelo Processo Nº 103/2019 que segue em trâmite.

Por fim, esclareça-se que a presente informação atende o comando disposto no Art. 74, §1º da Constituição Federal.

Não obstante os elementos até aqui lançados, firmamos o entendimento de que tais atrasos não possuem, por si só, o condão de tornar irregular a presente PCA ou de a considerar regular com ressalva, pois até o momento não produziram materialidade de prejuízo ao erário desta Câmara Municipal no que se refere ao exercício financeiro de 2018.





# *Câmara Municipal de Aracruz*

## ESTADO DO ESPIRITO SANTO

### 1.5. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

Insta esclarecer que este Controlador bem como os membros da Controladoria da Câmara Municipal de Aracruz não possui formação técnica em contabilidade, afinal a lei não exige tal especificidade de formação. Sendo assim, a análise da gestão financeira, orçamentária, patrimonial e fiscal foi realizada sob a égide das informações prestadas pelo setor financeiro e contábil, considerando a boa-fé inerente aos servidores públicos. As informações abaixo consignadas estão contidas no Relatório de Gestão – RELGES – PCA 2018 produzido pela Presidência deste órgão com assessoria do setor financeiro e contábil.

Vejamos os dados apresentados:

#### 1.5.1 Despesas com pessoal:

Despesas com pessoal do Poder Legislativo Municipal (LRF art. 20, III, "a").

Receita Corrente Líquida (RCL)	389.092.150,20	% s/ RCL
Despesas com Pessoal nos últimos 12 meses	10.574.701,34	2,72
Limite de alerta cf e art. 59, § 1º, II da LRF	21.010.976,11	5,40
Limite prudencial cf e art. 22, § único da LRF	22.178.252,56	5,70
Limite legal cf e art. 20, III, "a" da LRF	23.345.529,01	6,00

Verifica-se que, segundo as informações prestadas pelo setor financeiro e contábil, o limite de despesa com pessoal está abaixo do limite de alerta, conforme art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

Limite da despesa com a remuneração dos Vereadores (art. 29 VII da Constituição Federal).

Receita total do Município	219.250.051,13	% s/ RT
Remuneração dos Vereadores	1.495.754,52	0,68%
Limite Legal	10.962.502,55	5%



# *Câmara Municipal de Aracruz*

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Gastos totais do Poder Legislativo Municipal (art. 59,VI do LRF e art. 29-A da Constituição Federal).

Receita efetiva realizada no exercício anterior	219.250.051,13	% s/ RREA
População do Município	98.393 (estimativa do IBGE 2017)	-
Limite Legal para gastos totais	15.347.503,58 <sup>1</sup>	7%
Gastos totais do Poder Legislativo Municipal	13.020.752,20	5,938%

<sup>1</sup> Limite legal para gastos totais do Legislativo Municipal sobre a RREA, porém o valor orçamento/2018 aprovado pela Lei nº 4.159/2017, ficou R\$ 243.503,58 (duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e três reais e cinquenta e oito centavos) abaixo do limite legal estabelecido Art. 29-A, I, Const. Federal.

Despesas com Folha de Pagamentos do Poder Legislativo Municipal (art. 29-A, § 1º da Constituição Federal).

Limite Legal para gastos totais	15.104.000,00 <sup>2</sup>	% s/ RREA
Limite para Folha de Pagamento	10.572.800,00	70%
Despesas com a Folha de Pagamento	8.324.804,31	55,12%

<sup>2</sup> Valor orçamento/2018 aprovado pela Lei nº 4.159/2017.

### 1.5.2 Recursos Disponíveis X Obrigações a Pagar Em 31/12/2018

Recurso	Disponível 31/12/2018	Obrigações a Pagar	Saldo
100000000 - Tesouro	3.200.648,29	1.117.400,49	2.083.247,80
Totais	3.200.648,29	1.117.400,49	2.083.247,80 <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Valor a ser devolvido à Prefeitura Municipal de Aracruz, devido a saldo orçamentário/2018.

### 1.5.3 Execução Orçamentária

A despesa orçamentária, segundo informações prestadas pelo setor financeiro e contábil, conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado, sendo autorizados os seguintes créditos adicionais:

Créditos Orçamentários e Suplementares	170.000,00
--	------------





# *Câmara Municipal de Aracruz*

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Créditos Especiais	100.000,00
Total Despesa Autorizada	270.000,00

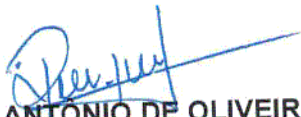
Neste sentido, concluímos que, conforme dados apresentados pelo setor contábil e financeiro, a execução orçamentária, o cumprimento dos limites constitucionais e da gestão fiscal, a remuneração dos agentes políticos e chefes de poderes se encontra em conformidade com a legislação.

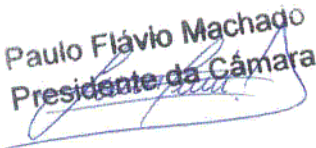
## **2. PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Paulo Flavio Machado, Chefe do Poder Legislativo do Município de Aracruz, ES, relativa ao exercício de 2018.

Em nossa opinião, tendo como base as informações prestadas pelo setor financeiro e contábil, os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação e as amostras de auditoria realizada, a referida prestação de contas **se encontra regular.**

Aracruz, 29 de março de 2019.

  
**ROBERTO ANTÔNIO DE OLIVEIRA**  
Controlador da Câmara Municipal de Aracruz  
Ato de Nomeação Nº 2.530/2019.

  
**Paulo Flávio Machado**  
Presidente da Câmara